

CONTRATO Nº 03/2017-MPC/PA, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA PG OBRAS COMÉRCIO E SERVIÇOS - LTDA, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.978/0001-50, estabelecido nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Avenida Nazaré nº 766, bairro Nazaré, CEP: 66.035-145, telefone (91) 3241-6555, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Procurador Geral de Contas, **Dr. FELIPE ROSA CRUZ**, brasileiro, casado, CPF/MF nº 846.252.873-91, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, e, de outro lado, a empresa (vencedora), **PG OBRAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - LTDA** CNPJ nº 22.245.360/0001-96, situada Travessa Coronel Luis Bentes, nº 131, CEP 66.113-080, Telefone (91) 3089-6333/98236-0163, e-mail pgbrasilltda@gmail.com, Bairro Telégrafo, Belém, PA, representante legal: **Daniele Brandão Cavalcante**, Brasileira, CPF nº 846.305.152-91, RG nº 3857285, Órgão Expositor PCII/PA, residente e domiciliada na Travessa Coronel Luis Bentes, nº 139, Bairro Telégrafo, Belém, PA, CEP 66.113-080, têm por justo e contratado o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato tem como fundamento legal o Processo nº 2016/0101-1, o edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 01/2016-MPC/PA-SRP, a proposta vencedora e a Ata de Registro de Preços nº 02/2016-MPC/PA, cujas peças passam a fazer parte do presente instrumento como se transcritas estivessem, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 3.784/2001, Decreto Federal nº 5.450/2005 e Lei Estadual nº 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 199/2003, Decreto Estadual nº 2.069/2006, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e executado de forma indireta.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, INCLUINDO TODO O MATERIAL E SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, para atender as necessidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme detalhado a seguir:

Item	Especificação	QT	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Condicionador de Ar tipo Split 9.000 BTU'S/h, de parede, no mínimo 03 (Três) velocidades, somente frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio, selo PROCEL "A" ou "B".	01	R\$ 1.420,00	R\$ 1.420,00
02	Condicionador de Ar tipo Split 12.000 BTU'S/h, de parede, no mínimo 03(Três) velocidades, somente frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio, selo PROCEL "A" ou "B".	03	R\$ 1.510,00	R\$ 4.530,00
03	Condicionador de Ar tipo Split 18.000 BTU'S/h, de parede, no mínimo 03(Três) velocidades, somente frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio, selo PROCEL "A" ou "B".	01	R\$ 2.450,00	R\$ 2.450,00
04	Condicionador de Ar tipo Split 24.000 BTU'S/h, de parede, no mínimo 03(Três) velocidades, somente frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio, selo PROCEL "A" ou "B".	01	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
07	Instalação de Condicionador de Ar tipo Split 9.000 BTU'S/h, de parede, com distância máxima entre evaporador e condensador estimada em até 05(cinco) metros.	01	R\$ 446,00	R\$ 446,00
08	Instalação de Condicionador de Ar tipo Split 12.000 BTU'S/h, de parede, com distância máxima entre evaporador e condensador estimada em até 05(cinco) metros.	03	R\$ 440,00	R\$ 1.320,00
09	Instalação de Condicionador de Ar tipo Split 18.000 BTU'S/h, de parede, com distância máxima entre evaporador e condensador estimada em até 05(cinco) metros.	01	R\$ 460,00	R\$ 460,00
10	Instalação de Condicionador de Ar tipo Split 24.000 BTU'S/h, de parede, com distância máxima entre evaporador e condensador estimada em até 05(cinco) metros.	01	R\$ 585,00	R\$ 585,00
TOTAL GERAL				R\$ 13.961,00



CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PROPOSTA

3.1. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2016-MPC/PA-SRP e seus anexos, com a PROPOSTA da CONTRATADA e com a Ata de Registro de Preços nº 02/2016-MPC/PA.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, as seguintes garantias:

4.1.1. Receber o produto e serviço de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e nos seus anexos.

4.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o instrumento convocatório, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Contratante responsável pelos seguintes itens:

4.2.1. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada na forma, prazo estipulado e condições previstas neste instrumento.

4.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

4.2.3. Indicar servidor para realizar a FISCALIZAÇÃO da execução do presente Contrato com competência necessária para proceder o recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados.

4.2.4. Promover o recebimento do objeto licitado, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido nos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 01/2016-MPC/PA-SRP e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Sem que a isto limite suas garantias, a Contratada terá os seguintes direitos:

5.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas.

5.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, quantidades e serviços realizados.

5.1.3. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

5.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Contratada responsável pelos seguintes itens:

5.2.1. Fornecer e realizar os serviços relativos ao objeto licitado na forma e prazo exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2016-MPC/PA-SRP e seus anexos.

5.2.2. Efetivar a substituição do produto avariado ou em desacordo com as especificações requeridas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4. Prestar imediatamente os esclarecimentos que o Ministério Público de Contas do Estado do Pará solicitar.

5.2.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar a Contratante ou a terceiros, tendo como agente a Contratada, os prepostos ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Contratante fiscalizar ou acompanhar todo o procedimento.

5.2.6. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços destinados ao cumprimento do objeto do contrato, ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependência do Contratante.

5.2.7. A contratada não poderá subcontratar, transferir ou ceder a terceiro, no todo ou em parte, o objeto do contrato.

5.2.8. Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

5.2.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a esse processo licitatório, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.

5.2.10. Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

5.2.11. Fornecer garantia mínima na forma e prazo exigidos no Termo de Referência relativo ao edital do Pregão nº 01/2016-MPC/PA-SRP, mesmo que ocorra descontinuidade de fabricação no período.

5.2.12. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos subitens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR

7.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 13.961,00. (Treze mil, novecentos e sessenta e um reais), conforme detalhado na Cláusula Segunda deste instrumento.

7.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do fornecimento ora contratado, inclusive custos com transporte, frete, seguro, pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros tributos que impliquem no fiel cumprimento deste Contrato.

7.3. Os preços objeto do Contrato permanecerão fixos e irrealizáveis durante a vigência do mesmo.

7.4. Havendo qualquer fato devidamente comprovado e alheio à vontade das partes, que altere o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, o mesmo poderá ser revisto e restabelecido em igual proporção, mediante requerimento da parte interessada, mantida a mesma margem de lucro inicial da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da Dotação Orçamentária da CONTRATANTE vigente para o exercício, de acordo com a classificação a seguir:

Programa de Trabalho: 37101.01122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 44.90.52 e 33.90.39.00

Fonte de Recurso/ Origem do Recurso Estadual: 0101

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado após aceitação definitiva dos equipamentos fornecidos, contra apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo CONTRATANTE.

9.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, Agência nº 014, Conta Corrente nº 3818241, contados da data do atesto na nota fiscal pelo FISCAL, o qual observará as especificações exigidas no contrato.

9.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, ainda, apresentar juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

9.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

9.3.2. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

9.3.3. Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.3.4. Certidão Negativa de Débitos com Fazenda Estadual;

9.3.5. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

9.4. Na hipótese de estarem os documentos discriminados nos subitens 9.3.1 a 9.3.5 com validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

9.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério Público de Contas do Estado do Pará em favor da CONTRATADA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

9.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “Simples”, deverá apresentar, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de imposto naquela modalidade.

9.7. Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido no subitem 9.2, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, “c” da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (T/100)/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,0001644$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de Contrato, a Administração do Ministério Público de Contas do Estado do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência, que será aplicada por ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante apreciação da Administração.

10.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e/ou descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

10.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

10.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, na hipótese em que a conduta da CONTRATADA quando da execução dos serviços associa-se à prática de ilícito penal.

10.2. Da aplicação das penalidades caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-la subir devidamente informada.

10.3. As sanções previstas nos subitens deste item poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.4. Na ausência/insuficiência de garantia e de créditos para desconto das multas, e se estas não forem recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as multas aplicadas serão cobradas judicialmente.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

10.6. A inexecução total ou parcial deste instrumento pode ensejar a sua rescisão pelos motivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Conforme o disposto no inciso IX, do artigo 55 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 do referido Diploma Legal.

11.1.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei nº 8666/93 ensejará a rescisão deste Contrato.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XI do artigo 78 da Lei nº 8666/93, acarretará a correspondente sanção prevista na Cláusula das Sanções.

11.5. Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a CONTRATANTE contratar os serviços das licitantes classificadas em colocação subsequente, ou efetuar nova licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução das obrigações contratuais integrantes deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Simone Braga Chaves Martins, e como substituta a servidora Ana Rosa Bassalo Crispino, formalmente designado pela CONTRATANTE, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, com fins de atender o que determina os arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

13.1. A execução do contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

14.2. No interesse do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, o objeto poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

15.1. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados, subordinados ou prepostos, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar à CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ÔNUS E DOS ENCARGOS

16.1. Todos os ônus e encargos referentes à execução deste Contrato, tais como frete, a locomoção pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão do objeto contratado, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, conforme a previsão da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Quaisquer comunicações e/ou notificações relativas a este Contrato serão consideradas como recebidas pelo destinatário, para todos os efeitos legais, quando remetidas para os endereços deste instrumento.

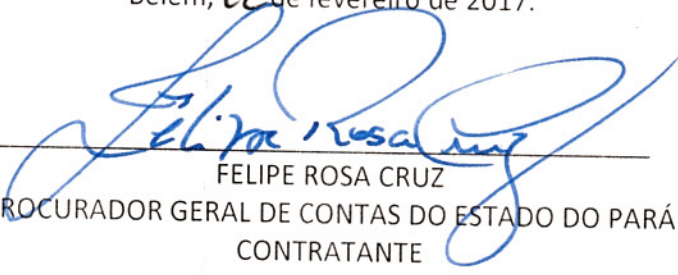
18.2. O cancelamento de endereços para correspondência somente será válido quando outro seja indicado, o qual poderá ser utilizado com a mesma finalidade supra.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

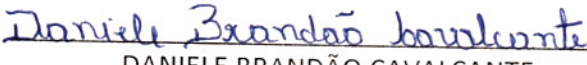
19.1. Para solução das questões decorrentes deste contrato, elege-se o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, renunciando desde já a CONTRATADA, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, CONTRATANTE e CONTRATADA, através de seus respectivos representantes legais, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 22 de fevereiro de 2017.



FELIPE ROSA CRUZ
PROCURADOR GERAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
CONTRATANTE



DANIELE BRANDÃO CAVALCANTE
PG OBRAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

PG OBRAS COM. E SERV. LTDA.
CNPJ: 22.245.360/0001-96

TESTEMUNHAS:

1. SERGIO DOS SANTOS CAMPISTA

CPF nº 727.354.287-15

2. _____

CPF nº

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS DO
ESTADO DO PARÁ****ADMISSÃO DE SERVIDOR****PORTARIA Nº 036/2017/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.100, de 19/01/2015, e

RESOLVE:

Nomear, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Procuradoria, **VÂNIA LÚCIA CUOCO SAMPAIO**, a contar de 16/02/2017 até ulterior deliberação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Belém, 21 de fevereiro de 2017

FELIPE ROSA CRUZ

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 150118

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**PORTARIA Nº 035/2017/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 0988/2017-GP, de 20/02/2017, publicada no DJe de 21/02/2017, o Tribunal de Justiça do Estado cessou, a contar de 15/02/2017, os efeitos da Portaria nº 4983/2013-GP, de 06/12/2013, publicada no DJe nº 5405, de 09/12/2013, que colocou a servidora Vânia Lúcia Cuoco Sampaio, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 1198, à disposição deste Ministério Público de Contas; **CONSIDERANDO** o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810/94 (RUI/PA);

RESOLVE:

Exonerar a servidora cedida **VÂNIA LÚCIA CUOCO SAMPAIO** do cargo em comissão de Assessor da Procuradoria do quadro de pessoal deste Órgão Ministerial, a contar de 15/02/2017. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Belém/PA, 21 de fevereiro de 2017

FELIPE ROSA CRUZ

Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo: 150111

CONTRATO**Contrato: 03**

Exercício: 2017

Objeto: AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, INCLUINDO TODO O MATERIAL E SERVIÇOS NECESSÁRIOS

Valor: R\$ 13.961,00

Data de Assinatura: 22/02/2017

Vigência: 22/02/2017 a 21/02/2018

Pregão Eletrônico Nº 01/2016

Orçamento:

Programa / Projeto / Atividade: 37.101.01122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 44.90.52. e 33.90.39.

Fonte do Recurso: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado:

Nome: PG OBRAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 22.245.360/0001-96)

Endereço: Tv. Coronel Luis Bentes, Nº 131, Bairro: Telegrafo - Belém - PA, CEP 66.113-080

Telefone: (91) 3089-6333 / 98236-0163

E-mail: pgbrasiltada@gmail.com

Ordenadora: **FELIPE ROSA CRUZ****Contrato: 08**

Protocolo: 150030

Exercício: 2017

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

Valor: R\$ 10.055,30

Data de Assinatura: 22/02/2017

Vigência: 22/02/2017 a 21/02/2018

Pregão Eletrônico Nº 06/2017

Orçamento:

Programa / Projeto / Atividade: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.30.00 e 44.90.52.00

Fonte do Recurso: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado:

Nome: P. L. F. COMÉRCIO LTDA - ME (CNPJ 01.601.066/0001-08)

Endereço: Rua 28 de Setembro, Nº 1.148, Bairro: Reduto - Belém - PA, CEP: 66.053-355

Telefone: (91) 3225-1673 e 98111-4005

E-mail: paulo@parainformatica.com.br e sergio@parainformatica.com.br

Ordenador: **FELIPE ROSA CRUZ**

Protocolo: 150035

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 03/2017 - MPC/PA
Processo nº 2016/01306-8**

Objeto: Aquisição de utensílios diversos para equipar a copa do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Considerando que a empresa M. de F. Cole - ME, CNPJ 19.034.490/0001-75, está impedida de licitar com a Administração Pública, conforme registro no SICAF, estando sancionada pela Justiça Eleitoral - UASG 70017 (até 16/04/2017) e pelo Comando do Exército - UASG 160207 (até 24/04/2017), o pregoeiro designado no processo nº 2016/01306-8, Pregão Eletrônico nº 03/2017 - MPC/PA, decide por retomar a fase de aceitação, reagendando a sessão pública para o dia 07/03/2017, às 9h, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Akyson Ferreira da Silva

Pregoeiro - MPC/PA

Protocolo: 150028

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS**PORTARIA Nº 032-A/2017/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o gozo de férias da servidora cedida Vânia Lúcia Cuoco Sampaio, relativo ao período aquisitivo 26/09/2014 a 25/09/2015, foi-lhe concedido para o período de 23/01 a 21/02/2017, conforme Portaria nº 270/2016/MPC/PA, de 13/12/2016;

CONSIDERANDO, contudo, o Memorando nº 002/2017 - SKV, de 14/02/2017, que solicita a interrupção do gozo de férias da servidora em virtude da superveniente necessidade do serviço,

RESOLVE:

Interromper, a contar desta data, o gozo de férias da servidora cedida **VÂNIA LÚCIA CUOCO SAMPAIO**, ocupante do cargo em comissão de Assessor da Procuradoria do quadro de pessoal deste Órgão Ministerial, matrícula nº 200200, referente ao período aquisitivo 26/09/2014 a 25/09/2015, concedido através da Portaria nº 270/2016/MPC/PA, de 13/12/2016, para o período de 23/01 a 21/02/2017, ficando os 08 (oito) dias restantes para serem gozados oportunamente. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Belém/PA, 14 de fevereiro de 2017

FELIPE ROSA CRUZ

Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo: 150109

OUTRAS MATÉRIAS**RESOLUÇÃO Nº 01/2017, 30 DE JANEIRO DE 2017
Institui as Procuradorias de Contas no âmbito do
Ministério Público de Contas do Estado do Pará e dá outras
providências.**

O COLÉGIO DE PROCURADORES, ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o disposto no art. 3º-A, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Lei Complementar nº 09, de 27 de janeiro de 1992, incluído pela Lei Complementar nº 106, de 21 de julho de 2016;

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Ficam instituídas, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado, Procuradorias de Contas em número correspondente ao de cargos de membros criados por lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Resolução, considera-se Procuradoria de Contas a menor unidade de atuação funcional individual no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado.

Art. 2º. As Procuradorias de Contas dividem-se em:

I - Procuradoria-Geral de Contas;

II - 1ª Procuradoria de Contas;

III - 2ª Procuradoria de Contas;

IV - 3ª Procuradoria de Contas;

V - 4ª Procuradoria de Contas;

VI - 5ª Procuradoria de Contas;

VII - 6ª Procuradoria de Contas;

VIII - 7ª Procuradoria de Contas;

IX - 8ª Procuradoria de Contas.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Contas acumulará o exercício da Procuradoria-Geral de Contas com a Procuradoria de Contas que titularizar.

CAPÍTULO II**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 3º. A competência funcional e a distribuição processual das Procuradorias de Contas serão objeto de Resolução própria do Colégio de Procuradores de Contas.

Art. 4º. São consideradas providas as Procuradorias de Contas na forma abaixo prevista:

I - Procuradoria-Geral de Contas: Dr. Felipe Rosa Cruz;

II - 1ª Procuradoria de Contas: Dr. Antônio Maria Filgueiras Cavalcante;

III - 2ª Procuradoria de Contas: Dra. Silaine Karine Vendramin;

IV - 3ª Procuradoria de Contas: Dr. Felipe Rosa Cruz;

V - 4ª Procuradoria de Contas: Dr. Guilherme da Costa Sperry;

VI - 5ª Procuradoria de Contas: Dr. Patrick Bezerra Mesquita;

VII - 6ª Procuradoria de Contas: Dr. Stephenson Oliveira Victor;

VIII - 7ª Procuradoria de Contas: Dra. Deila Barbosa Maia;

IX - 8ª Procuradoria de Contas: Dr. Stanley Botti Fernandes.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém/PA, 30 de janeiro de 2017

Felipe Rosa Cruz

Procurador-Geral de Contas

Antônio Maria Filgueiras Cavalcante

Procurador de Contas

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Guilherme da Costa Sperry

Procurador de Contas

Patrick Bezerra Mesquita

Procurador de Contas

Deila Barbosa Maia

Procuradora de Contas

Stanley Botti Fernandes

Procurador de Contas

Protocolo: 150107

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ****PORTARIA****PORTARIA Nº 56/2017-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias nº 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013 e 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013; **CONSIDERANDO** o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês fevereiro de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Civeis, datada de 01 de fevereiro de 2017, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês fevereiro de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 14 de dezembro de 2016, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do *Parquet* escalados para o plantão institucional do segundo grau;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 12/7/2013;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 25/02/2017 a 01/03/2017.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, 22 de fevereiro de 2017.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa.